

A concepção de poder em Michel Foucault

Paulo Rodrigues dos Santos

Professor Adjunto do DCAA –
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: santospros@yahoo.com.br

Recebido em: 06/06/2015.

Aprovado em: 16/02/2016.

Resumo: O texto traz uma aproximação ao poder em Michel Foucault. A concepção de poder como relações de poder ou relações de força posicionada como diferencial da teorização foucaultiana. Destaca-se o viés político do contributo foucaultiano, com a ampliação da visibilidade do funcionamento do poder à multiplicidade da vida social. A leitura de formulações de Foucault e de Gilles Deleuze delimita a abordagem. Tópicos complexos como liberdade, resistência, sujeito, estatização, poder estático, biopolítica, entre outros são abordados pontualmente. De fato, o artigo deseja instigar o interesse nas contribuições foucaultianas sobre o poder.

Palavras-chave: Poder, Sujeito, força, liberdade, poder estático.

The concept of power in Michel Foucault

Abstract: This paper approaches power in Michel Foucault. The concept of power as power relations or relations of force is presented as Foucault's theory's core. We highlight the political perspective of Foucault's contribution, which expanded the visibility of how power works within the multiplicity of social life. The scope of this paper is based on the reading of Foucault's and Gilles Deleuze's theorizations. Complex topics, such as freedom, resistance, subject, statization, static power, biopolitics, and others, are addressed one by one. In fact, this paper's main goal is to foster an interest in Foucault's contributions on power.

Keywords: Power. Subject. Force. Freedom. Static power

Introdução

O papel do intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas. (FOUCAULT, 2006, p. 295).

As formulações foucaultianas relacionadas ao poder aportam inquietação, interesse e astúcia produtiva à sua filosofia, quiçá uma filosofia do desassossego. Sua concepção de poder, não obstante, decorridos mais de trinta anos de sua morte, está longe de exaurir sua vitalidade política perante o pensamento social contemporâneo. Com efeito, não trato aqui da recepção a Foucault, no Brasil ou alhures, exponho, não obstante, um contributo à renovação do interesse por esse legado perante aqueles que sabem que lutar não é preciso, mas contingencial.

Uma primeira distinção: a vasta e complexa reflexão sobre o poder em Foucault, suas pesquisas inovadoras sobre a formação da modernidade e o lugar e a natureza do político na sua constituição ultrapassam a especificidade dessa abordagem centrada em sua concepção de poder, esse dispositivo belígero. É desmedida a pretensão de exaurir uma questão com a complexidade das teorizações do poder em nosso autor e, de fato, passo ao largo de tal pretensão.

A concepção de poder em Foucault tem duplo desígnio: seu agenciamento no campo político, entendido como campo de experiência histórica das lutas sociais e seu desdobramento no plano ético, ética como liberdade, criada nos interstícios entre minoridade, maioria e autonomia. Trata-se de uma concepção renovadora do entendimento do que é o poder e capaz de gerar torção desestabilizadora nas bases reducionistas que fazem passar a inteligibilidade do poder sobre o domínio jurídico e econômico da instância estatal. O poder em Foucault é pensado como relação, ele raramente usa a palavra poder, mas a expressão - relações de poder - e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda. O poder pensado como relações de poder traz a ideia de força. Deleuze observa que:

O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de força, não forma. E a concepção das relações de forças em Foucault, prolongando Nietzsche, é um dos pontos mais importantes de seu pensamento (DELEUZE, 2008 p. 112).

A correspondência entre força e poder é direta. Poder é força. Segundo Deleuze (1991, p. 78), “[...] a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de modo que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem nem objeto nem sujeito a não ser a força.”

De fato, é preciso ter em conta a dimensão estratégica das formulações sobre o poder em Foucault. Essa concepção não perfaz a efetividade do poder na vida social; as especificações que definem as relações de poder demarcam a realidade do que é propriamente essa relação e não todas suas possíveis manifestações. Com efeito, a análise do poder em Foucault desdobra-se em três planos: aquele das relações estratégicas, ou seja, das relações de poder; as relações de dominação e entre as duas as técnicas de governo. O poder atravessa o campo social e tem efetividade nessas três possibilidades. Temos aqui um aporte de inteligibilidade ao funcionamento das relações sociais na contemporaneidade que torna o contributo foucaultiano um marco na ressignificação do político.

A questão da subjetividade

Em *O sujeito e o poder*, Foucault (2007, p. 1), surpreende ao afirmar: “Meu propósito não foi analisar o fenômeno do poder, tampouco elaborar os fundamentos de sua análise, ao contrário, meu objetivo foi elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos” (p.1). A assertiva marca um diferencial nas reflexões sobre a condição do sujeito e sua imbricação à questão do poder. É preciso, contudo, cautela na recepção à revelação de primazia do sujeito em Foucault. Gros (2006) observa quanto a esse ponto:

O tom está dado, ainda que não devamos tomar muito literalmente estas declarações; Foucault não abandona o político para se dedicar à ética, mas complica o estudo das governamentalidades com o cuidado de si. Em caso algum a ética ou o sujeito são propostos para serem pensados como o outro do político o do poder. (GROZ, 2006, p. 620).

A questão do sujeito e da subjetividade geraram divergências na recepção do terceiro e último Foucault¹ e leituras equívocas quanto ao posicionamento de Foucault sobre o sujeito. De fato, convém ter em conta a caracterização de Judite Revel (2005) desta matéria:

O pensamento de Foucault apresenta-se, desde o início, como uma crítica radical do sujeito tal como ele é entendido pela filosofia ‘de Descartes a Sartre’, isto é, como consciência solipsista e a-histórica, autoconstituída e absolutamente livre. O desafio é, portanto, ao contrário das filosofias do sujeito, chegar a ‘uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. (REVEL, 2005, p.84).

Deleuze vê na subjetivação uma dimensão, para além do saber e do poder. A subjetivação corresponde a uma dobra na linha de força do poder, uma linha de fuga para o fora. Aqui não se trata de desassujeitamento, isso é: a ultrapassagem dos efeitos constitutivos do misto saber-poder sobre o sujeito, mas o alçar de uma superfície de inscrição - a vida como possibilidade - estética da existência, a vida como experiência artística. Deleuze (2008) esclarece:

– É difícil, apesar de tudo, dizer que a filosofia de Foucault é uma filosofia do sujeito. No máximo ‘terá sido’, quando Foucault descobriu a subjetividade como terceira dimensão. É que seu pensamento é feito de dimensões traçadas e exploradas sucessivamente, segundo uma necessidade criadora, mas que não estão compreendidas uma na outra. [...] O Poder delinea uma segunda dimensão irreduzível à do Saber, embora ambos constituam mistos concretamente indivisíveis; mas o saber é feito de normas, o Visível, o Enunciável, em suma, o arquivo, enquanto o poder é feito de forças, relações de forças, o diagrama. Por que Foucault passa do saber ao poder? É possível responder, desde que se entenda que essa passagem não é apenas uma mudança de tema. Foucault parte de uma concepção original que ele se faz do saber, para inventar uma nova concepção de poder. O mesmo acontece e com mais razão no caso do ‘sujeito’. (DELEUZE, 2008 p. 115).

Deleuze (2008) descreve as discontinuidades entre as três dimensões do pensamento de Foucault e perante a passagem do poder à subjetivação pondera:

Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos 'subjetivação', no sentido de processo, e 'Si', no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação da força consigo mesma (ao passo que o poder era a relação da força com outras forças), trata-se de uma 'dobra' da força. Segundo a maneira de dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, ou de invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, a nossas relações com a morte: não a existência como sujeito, mas como obra de arte. Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tentar penetrá-los e o poder tentar apropriar-se deles. (DELEUZE, 2008, p.116).

Trata-se de uma questão que mais que dissensão, de fato, gerou enganos. Ao descrever as lutas do campo da ética Foucault (2007, p.5) fala em sujeição, submissão e subjetivação, por que essas três categorias e não apenas subjetivação? Deleuze perspectiva a subjetivação como formação de superfície de inscrição - vergar a força sobre ela mesma -, a dobra da relação de força quebra a linha da relação de poder. Trata-se de uma individualização sem sujeito. A análise da subjetivação em Revel (2005) lançar luz ao assunto.

O termo 'subjetivação' designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os 'modos de subjetivação' ou 'processos de subjetivação' do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência. (REVEL, 2005, p. 82).

Na verdade, o que Deleuze tem por subjetivação diz respeito não aos processos de objetivação dos seres humanos em sujeitos, mas, à segunda análise pontuada por Judite Revel: o sujeito como constituidor da sua própria existência, a estética da existência como domínio de uma ética da liberdade, ou nos termos nietzschianos, a vida como possibilidade de arte. Não se trata, de forma alguma, de uma volta ao sujeito, mas de ruptura com o governo da individualização.

Diante da bifurcação da subjetividade em Foucault, Etienne Tassin (2012, p. 41; tradução minha) formula a questão: “Qual a coerência que nos permite passar da subjetivação como submissão ou assujeitamento a uma compreensão enquanto um assumir-se a si mesmo. Com outras palavras: Como poderíamos recuperar a nós mesmos despreendendo-nos de todo poder, padecido ou exercido?” Encontro uma resposta em Deleuze, no considerar a subjetivação não na constituição do sujeito, mas no movimento em que a força entra em relação consigo mesma, afeta a si mesmo e quebra a linha do poder, isto é, o exercício de afetar a outrem, num afetar a si mesmo para além do governo de si e do outro. Na continuidade retorno à descrição do poder.

O que não é poder

Penso que é o como do poder que o define. O trabalho político, o enfrentamento estratégico passa por explicitar esse funcionamento no lugar mesmo em que o poder passa por não existir. Não se trata de que esse funcionamento seja oculto, encoberto, velado, mas do fato de sua visibilização não ser dada. Esse visibilizar a atuação efetiva do poder, ao tempo em que municia as lutas de resistência no campo da prática política, dispõe no plano discursivo, no plano dos confrontos discursivos, meios para a superação da série de postulados, ainda hoje, ativos no campo do pensamento das esquerdas. A seguir, passo a tratar as premissas que conformam a tarefa negativa da abordagem foucaultiana do poder. Ao buscar explicitar seu entendimento do que é o poder Foucault faz notar que:

[...] há esquemas prontos: quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

A identificação e análise da série de seis postulados naturalizados no entendimento das esquerdas sobre o poder e excedidos por Foucault, deve-se a Gilles Deleuze (1991) no seu – Foucault. Através

dessas premissas rejeitadas, vemos Deleuze descrever as principais teses de Foucault sobre o poder: a) postulado de propriedade, que sustenta que o poder é forma ou substância, que sua posse é fato. Foucault afirma a natureza operatória do poder; b) – a premissa da localização, “O poder seria poder de Estado, estaria localizado ele próprio no aparelho de Estado, tanto que até mesmo os poderes privados teriam uma dispersão aparente e seriam, ainda, aparelhos de Estado especiais” (DELEUZE, 1991, p. 35). A mobilidade como característica do poder implica articulações, agenciamentos, prolongações, modulações. Deleuze acrescenta: “Notar-se-á que “local” tem dois sentidos bem diferentes: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso” (DELEUZE, 1991, p. 36); c) postulado da subordinação: faz valer a determinação em última instância da estrutura econômica, a base do modo de produção, sobre o poder. A rejeição desse postulado explicita a tese de que o poder é em si mesmo produtivo, as relações de poder não estão em posição de exterioridade com outras relações; d) – postulado da essência ou atributo, que daria lugar a uma partilha entre dominantes e dominados. A tese de que o poder se exercer, é operatório, de existir enquanto ato, deita por terra o argumento da essência. Deleuze cita o esclarecimento de Foucault: “O poder investe (os dominados) passa por eles e através deles, apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos onde ele os afeta.” (FOUCAULT, 2009, p. 124, apud DELEUZE, 1991, p. 37); e) – postulado da modalidade, segundo o qual o poder agiria ora por coerção, ora por consenso. Em Foucault, o poder produz a verdade antes de mascará-la em ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar o seu enquadramento através da violência. Em Verdade e poder, Foucault (1971,) pontua sua rejeição à noção de repressão:

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considera-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir. (FOUCAULT, 1971, p.48).

Não se trata de negar pura e simplesmente a ideologia ou a existência de repressão, mas de destituir o pressuposto de que seriam constitutivas do confronto das forças; f) - Postulado da legalidade, segundo o qual a lei seria a expressão contratual do poder. Para Foucault, a lei não é uma regra normativa para regulamentar a vida social em tempos de paz, mas a própria guerra das estratégias de uma determinada correlação de forças.

Poder e razão

Há em Foucault a recusa a uma teoria do poder, com base no entendimento de que o fato de uma teoria implicar uma objetivação dada a inviabiliza para o trabalho analítico. Em decorrência do que, o trabalho analítico deve proceder a uma conceptualização permanente, assentada no pensamento crítico, em constantes revisões e com suporte na consciência histórica de nossas circunstâncias atuais. De fato, para Foucault, a questão do poder tem seu enraizamento decisivo não no plano teórico, mas no campo da experiência. É em referência às duas principais e marcantes experiências totalitárias do século XX – o nazismo e o stalinismo – que Foucault estabelece o nexos entre razão e poder e pontua preceitos de prudência como: - “[...] não tomar como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, antes analisar tais processos em diversos campos, cada um em referência a uma experiência fundamental: loucura, enfermidade, morte, crime, sexualidade e assim sucessivamente.” (FOUCAULT, 2007, p. 3)

A análise das relações de poder deve “[...] tomar como ponto de partida as formas de resistência contra as diferentes formas de poder.² (...) Mais que analisar as relações de poder do ponto de vista da sua racionalidade interna, fazê-lo através dos antagonismos das estratégias” (FOUCAULT, 2007, p. 3). Os antagonismos sociais, segundo Foucault, estão cristalizados em três principais formas de lutas: - no campo político - as lutas contra a dominação, as lutas étnicas, sociais e religiosas; - no campo econômico - as lutas contra a exploração, frente aos processos que separam os indivíduos daquilo que produzem; no campo ético as lutas contra as formas de sujeição, submissão e subjetivação, isso é, contra aquilo que ata o

sujeito a si e o submete a outros. Quanto às lutas de transformação da subjetividade, historicamente as que dominam o mundo contemporâneo, Foucault (2007, p. 4) afirma: “Não basta, dizer que essas são lutas antiautoritárias, é preciso definir o que têm em comum” E caracteriza-as como:

a) – transversais, isso é: não limitadas a um país, tampouco a uma forma política ou econômica particular de governo; b) – em oposição a todas as categorias de efeitos de poder; c) – lutas imediatas, logo, não programáticas, voltadas as formações de poder mais próximas, não visam o “inimigo principal”, mas ao inimigo imediato, enfim, lutas anarquistas; d) – lutas questionadoras do estatuto do sujeito normalizado, afirmadoras de um direito fundamental à diferença, opostas às tecnologias do eu, isso é: aos mecanismos que aferram o indivíduo a si, às facetas da identidade; são lutas contra o “governo da individualização”; e) – lutas em confronto aos privilégios do saber e suas funções mistificadoras, que se opõem, de fato, ao modo como o conhecimento circula e funciona, suas relações com o poder, ou seja, ao regime de saber; f) – lutas que se movimentam em torno da questão – Quem somos? – e recusam às violências econômicas e ideológicas de Estado e suas formas de inquisições científicas e administrativas que determinam o que cada um é. Foucault conclui essa caracterização sublinhando que [...] o objetivo principal destas lutas não é tanto atacar essa ou aquela instituição de poder, grupo, elite, classe, antes a técnica, a uma forma de poder dada. (FOUCAULT, 2006, p. 4).

Judite Revel (2005, p. 68) indica para a análise do poder em Foucault, a necessidade de se fixar pontos como: o sistema das diferenciações que permitem se agir sobre as ações de outros; os objetivos dessas ações sobre as ações dos outros; as modalidades instrumentais de poder; as formas de institucionalização do poder; os graus de racionalizações.

Poder e relações de poder

Com efeito, a formulação de que o poder é uma relação é, a meu ver, a característica decisiva da concepção de poder em Foucault. No ponto de partida, as relações de poder são assimétricas,

mas o diferencial que permite uma força prevalecer sobre a outra, o elemento de desequilíbrio, pode ser modificado, invertido e isso é característico das relações de poder. Conceber o poder como relação implica afirmar sua existência exclusivamente como ato, daí a afirmação de que o poder se exerce, é operatório, em detrimento do suposto que se possa tê-lo, de que seja uma propriedade. Mas é preciso ainda destacar a ideia igualmente singular de que o poder é produtivo, ideia que traz um aporte de positividade ao poder que não se concebia antes de Foucault. Dizer que o poder é produtivo é situá-lo no campo da construção social da realidade.³ De maior importância, como visto antes, temos o fato do poder constrói as múltiplas possibilidades e condições de sermos sujeitos. De maneira geral as relações de poder, como concebidas por Foucault, não são marcadas pela negatividade, ou recortadas por valores. Ele diz:

Sabe-se muito bem que o poder não é o mal! Considerem, por exemplo, as relações sexuais ou amorosas: exercer poder sobre o outro, em uma espécie de jogo estratégico aberto, em que as coisas poderão se inverter, não é o mal: isto faz parte do amor, da paixão, do prazer sexual. (FOUCAULT, 2006, p. 284).

A concepção de poder como relação dispõe que toda relação social é atravessada por relações de poder. Ou seja, toda relação social implica, de forma imanente, relações de poder. Relações humanas como as relações familiares, afetivas, profissionais, pedagógicas dentre outras, são igualmente relações de poder.⁴ O argumento amplia a compreensão do que é o político, dispõe visibilidade à questão do poder, deslocar os marcos cristalizados nas esquerdas da inteligibilidade do fenômeno do poder e assenta a definição de poder como uma ação sobre ações possíveis. A definição de poder como uma ação sobre ações possíveis descreve a ação de conduzir condutas. Essa ação pode ser sobre as ações presentes ou futuras de um sujeito coletivo, grupo, comunidade, população, logo com caráter totalizante, ou ainda, sobre ações presentes ou futuras de indivíduos e ter natureza individualizante. Dizer que o poder é uma ação sobre ações possíveis significa situá-lo não no campo do confronto, do embate, do enfrentamento, mas no plano do governo,⁵ isso é, no direcionar, conduzir, governar o outro, com base em estratégias como aconselhamento, incentivo, motivação, indução,

sedução, no facilitar, favorecer, ou dificultar, etc. É essa interpretação produtiva que permite a Foucault falar em jogos de poder.

Aquilo que sobressai na concepção de poder como relação é seu funcionamento. Foucault descreve as características básicas desta funcionalidade:

São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. O fato, por exemplo, de eu ser mais velho e de que no início os senhores tenham ficado intimidados, pode ser inverter durante a conversa, e serei eu quem poderá ficar intimidado diante de alguém, precisamente por ser ele mais jovem. Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

A mobilidade, reversibilidade e instabilidade contrapõem as relações de poder, ou o poder concebido como relação entre forças, ao que Foucault chamou poder estático. Trata-se de modalidades de poder em que tais aspectos estão ausentes. É preciso indicar, não obstante, antes de abordar com mais detalhes a noção de poder estático um elemento central as três características antes identificadas, trata-se da noção de liberdade. Com efeito, o que torna as relações de poder instáveis, móveis e reversíveis é o fato de serem permeadas pela liberdade. Segundo Foucault:

É preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos são livres. Se um dos dois estiver à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

A relação entre liberdade e poder é central para o entendimento da concepção de poder do autor de *Vida dos homens infames*. A liberdade é o diferencial entre o poder como relação entre forças e os poderes estáticos. Na entrevista intitulada *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*, Foucault explicita o quê no comum é visto como poder e aquilo que concebe nos termos de relações de poder.

[...] acho que é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades - jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros – e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 285).

A noção de poder estático

Os estados de dominação são descritos por Foucault, na mesma entrevista, tendo por referência as relações de poder. Ele afirma: “Mas há efetivamente estados de dominação. Em inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada.” (FOUCAULT, 2006, p. 278). Em outro momento observa que,

[...] entre os jogos de poder e os estados de dominação, temos as tecnologias governamentais, dando a esse termo um sentido muito amplo – trata-se tanto da maneira como se quer governar sua mulher, seus filhos, quanto da maneira como se dirige uma instituição. A análise dessas técnicas é necessária, porque muito frequentemente é através desse tipo de técnicas que se estabelecem e se mantêm os estados de dominação. Em minha análise do poder, há esses três níveis: as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação. (FOUCAULT, 2006, p. 285).

As técnicas de governo apontam para a efetividade dos poderes estáticos, uma vez que são instituídas de forma a dotar de estabilidade e irreversibilidade determinadas relações sociais. Os estados de dominação, como pode se depreender da citação anterior, podem se instituir, não exclusivamente, com base na degradação das características das relações de poder, ou seja, mobilidade, reversibilidade e instabilidade. É preciso, considerar a observação de que é com base nas técnicas de governo que se estabelecem e se mantêm os estados de dominação.

A passagem em que nosso autor fala em poder estático aparece no texto – “O que é a crítica”. Ao descrever a trajetória do que chama “atitude crítica” perante a emergência histórica da

Modernidade, Foucault situa no século XVI o movimento de sua constituição: primeiro assentada na religião, “[...] a crítica é historicamente bíblica.” (FOUCAULT, 1990, p. 4), depois ela é jurídica e por fim, tem base na ciência. Esses três elementos: a bíblia, o direito e a ciência deram conformidade ao fenômeno político da crítica ou da “atitude crítica” que Foucault situa como indissociável do processo de “governamentalização” do mundo ocidental e que delinea sua formação. A formação da Modernidade integra “governamentalização” e crítica, concerne às relações entre razão e poder⁶ e tem como pano de fundo a questão da liberdade, a liberdade de obediência, a condição de minoridade ou maioridade e a questão da autonomia. A crítica é definida por Foucault (1990, p. 4) como – “a arte de não ser de tal forma governado” – e, pressupõem, de fato, a contraconduta e ou a desobediência. Eis o argumento em que traz, a meu ver, para a atualidade o que chama de atitude crítica:

Mas, sobretudo, vê-se que o foco da crítica é essencialmente o feixe de relações que amarra um ao outro, ou um a dois outros, o poder, a verdade e o sujeito. E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (FOUCAULT, 1990, p. 5).

Frente a essa atitude, da ética como liberdade, da liberdade como pressuposto da crítica no mundo ocidental, temos os sistemas de dominação e para entendê-los como ordenamentos para além da liberdade, logo, da atitude crítica é que faz sentido a noção de poder estático. O fragmento em que surge essa noção tematiza a retomada, nos séculos XIX e XX, do projeto da crítica kantiana, que se da nos termos de:

[...] três traços fundamentais: primeiramente, uma ciência positivista, isto é, fazendo fundamentalmente confiança nela mesma, quando ainda mesmo ela se achava cuidadosamente crítica em relação a cada um de seus resultados; em segundo lugar, o desenvolvimento

de um Estado ou de um sistema estático que se dava, a si próprio, como razão e como racionalidade profunda da história e que, por outro lado, escolhia como instrumentos procedimentos de racionalização da economia e da sociedade; daí, o terceiro traço, à costura desse positivismo científico e do desenvolvimento dos Estados, uma ciência de um Estado ou um estadismo, se vocês querem. Tece-se entre eles toda uma rede de relações cerradas na medida em que a ciência vai desempenhar um papel cada vez mais determinante no desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que, por outro lado, os poderes do tipo estático vão o exercer cada vez mais por entre conjuntos técnicos refinados. (FOUCAULT, 1990, p. 8).

A referência ao processo de racionalização da economia e da sociedade aponta tanto para um sistema estático, base de atuação do Estado, quanto à “governamentalidade” como tecnologia de poder. Nesse ponto é importante distinguir a noção de “governamentalização” do conceito de “governamentalidade”. Apresentei a definição da primeira nas páginas anteriores. A “governamentalização” abrange do “governo” da família à de uma instituição e reporta-se tanto a relações de poder quanto aos estados de dominação. A “governamentalidade” é um conceito central do recorte foucaultiano que emerge nos cursos dados no Collège de France em 1977-1978 e 1978-1979 9, - Segurança, território, população e Nascimento da biolítica – em que vemos Foucault aplicar a noção de arte de governar à economia e a política. A explicação de Foucault da economia e da política provém de elementos externos a elas, isso é: de técnicas e dispositivos que operam a governamentalidade. Eis sua definição:

Por essa palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008b, p. 145).

Em primeiro lugar, destaco que nas instituições as características básicas das relações de poder: instabilidade, reversibilidade e mobilidade são neutralizadas, o que as transforma em relações de dominação (mais adiante abordo a passagem das relações de poder às relações de dominação). Deleuze (1991) explicita a natureza da

instituição em Foucault, incluído o Estado:⁷

As instituições não são fontes ou essências, e não têm essência nem interioridade. São práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, já que supõem as relações e se contêm em “fixa-las” sob uma função reprodutora e não produtora. Não existe Estado, apenas uma estatização, e o mesmo é válido para os outros casos. [...] Em todo caso, o Estado, supõe as relações de poder, longe de ser a sua fonte. (DELEUZE, 1991, p. 83).

As categorias das relações de poder: incitar, suscitar, seduzir, motivar, facilitar, dificultar, etc. configuram relações de poder entendidas como relações estratégicas entre liberdades; enquanto as categorias institucionais: educar, punir, tratar, etc. conformam relações coercitivas, as relações de dominação.

As técnicas de governo reportam-se, efetivamente, mas não exclusivamente, à governamentalidade, integrando os dispositivos de poder. Temos aí dois grupos principais de técnicas de governo: as que têm por alvo principal a população - as técnicas de governo - da segurança; e aquelas que têm por alvo principal os indivíduos, ou corpos individualizados - as técnicas disciplinares. O conceito de técnica de governo não é citado por Deleuze, mas sua efetividade sim. Ele descreve a natureza do poder em Foucault como a capacidade da força de afetar e ser afetada. A capacidade de ser afetada é como a matéria da força e o seu afetar sua função. De fato, trata-se de uma função que não chega a se formalizar, ou seja, mantém-se pura função, não se integrando às formas, aos objetivos ou aos meios em que encarna, satisfaz e emprega. Deleuze (1991) fala em uma função disciplinar e em uma função de gerir e controlar a vida humana. A primeira correspondendo à anatomopolítica e a segunda à biopolítica, adiante trato dessas noções.

Mauricio Lazzarato (2007) lê de forma instigante a noção de técnica de governo, posiciona-a como uma técnica de captura de relações de poder, dos jogos de poder entre indivíduos livres, trazendo-os para o funcionamento do sistema estático do Estado. Lazzarato, (2007) indaga como se passa das relações de poder às relações de dominação e responde que esse processo ocorre com as técnicas de governo. Segundo esse autor, as técnicas de governo,

“São tecnologias humanas de controle e organização das relações que têm graus de liberdade e têm por propósito transformá-las e reduzi-las a relações de dominação.” (LAZZARATO, 2007, p.62) A seguir Lazzarato enfatiza: “As tecnologias governamentais são tecnologias que se constroem ou inventam para poder constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos em sua liberdade podem ter uns com os outros.” (LAZZARATO, 2007, p. 63; tradução minha). Têm, portanto, uma função de gestão ou direcionamento do campo das relações de força. A leitura de Lazzarato segue de perto as de Deleuze, embora ele não o cite, faz corresponder às técnicas de governo aos mecanismos de poder presentes no poder disciplinar e na biopolítica. Nesse ponto passo abordar a leitura mais ampla realizada por Foucault da formação da Modernidade que traz à frente o conceito de biopoder.

O conceito de biopoder

O que é o biopoder? Trata-se do ordenamento de poder que constitui a Modernidade; uma forma histórica de poder, não é uma instituição, ou uma relação de poder, mas uma modalidade que se distingue da soberania, outro ordenamento de poder. A emergência do biopoder é um efeito da entrada da vida na história – acontecimento do século XVII, postulado por Foucault, como decisivo à estrutura política da modernidade. Significa que, pela primeira vez na história a vida, os mecanismos biológicos da espécie humana (natalidade, mortalidade, longevidade etc.) passam a compor os objetivos políticos do Estado, ou seja, a vida entra como elemento de cálculos políticos nas estratégias de poder. Dizer que o biopoder é o ordenamento da Modernidade significa dizer que ele ultrapassou, sem extinguir, o ordenamento da soberania, isso é, o poder soberano.

Temos em Foucault, formulações que identificam três ordenamentos: a soberania que vigorou até o século XVII, e o biopoder que se desdobra no poder disciplinar e o poder biopolítico, que faz emergir os ordenamentos de poder denominado por Foucault de disciplinar e de segurança, regulador ou controle. Cada um desses dois ordenamentos gera uma série de mecanismos, técnicas de governo, tecnologias de poder ou dispositivos de poder que operam

no plano do saber - dizibilidade e visibilidade; no plano do poder - diagrama de forças - e na ética - domínio da subjetividade e atuam articulando-se com os mecanismos e tecnologias de poder dos outros ordenamentos. Há sempre a coexistência dos três ordenamentos, com a dominância de um; do final do século XVII à segunda metade do século XX, o predomínio da sociedade disciplinar e, desde os anos de 1968, a sociedade de controle. O que não chega a constituir uma era da soberania, da disciplinar e depois do controle, em função da dinâmica aberta das interações entre essas estratégias de poder.

Foucault identificou uma mutação decisiva em relação à forma como o poder soberano no Ocidente lidava com a vida e com a morte dos súditos. Por muito tempo o poder soberano definiu-se, sobretudo como poder de vida ou de morte, que causava a morte ou deixava viver, um poder que consistia, de fato, em instância de confisco, de extorsão de bens, de trabalho ou da própria vida dos súditos. No Ocidente Moderno, com a emergência do biopoder, temos uma transformação nos mecanismos de poder, de tal modo que as práticas de confisco são sobrepujadas por práticas de suporte, incitação, reforço, controle, vigilância, majoração e organização das forças submetidas. O poder estatal passa a gerir a vida em todos os seus aspectos, atua de forma produtiva, em oposição ao poder negativo, voltado para a possibilidade de causar a morte.

O poder soberano tem base jurídica, seu modelo é expresso no dístico “fazer morrer ou deixar viver”; modelo que permaneceu inalterado quando a “cabeça do rei” foi deslocada do soberano para o Estado. Tornou-se, não obstante, um elemento em uma variedade de mecanismos atuando para gerar, incitar, reforçar, controlar a vida (RABINOW; ROSE, 2006, p. 27). Com o biopoder, o poder de morte do soberano, formalizado no modelo “fazer morrer ou deixar viver” é ultrapassado por um modelo que lhe é o simétrico inverso – “fazer viver ou deixar morrer”. A morte está para o poder soberano assim como a vida está para o biopoder. Ao modelo da soberania Foucault acrescentou o diagrama do poder sobre a vida: a) - a base disciplinar, uma anatomopolítica do corpo e, b) - a biopolítica da população, voltada ao governo da população. Assim, o biopoder desdobra-se em duas racionalidades que se completam: o poder disciplinar com viés individualizante, que avança do final do XVII ao século XX, para articular-se à natureza totalizante da biopolítica. É essa articulação entre poderes individualizantes e totalizantes, voltados a todos e

a cada um, que faz, segundo Foucault, o diabolismo político da contemporaneidade.

Considerações finais

Com esse texto selamos nosso concernimento àqueles que são premidos pela necessidade de lutar, de resistir, mas que sabem que a luta, como a vida, é do incerto. Marcio D'Amara fez ver que “[...] não há lei quando se trata de risco, do perigo no seu grau máximo: quando se trata da guerra. O que então vigora são tão-somente estratégias. E o que uma estratégia indica, ao contrário de uma lei, é que sempre é possível perder. É mesmo o mais provável.” (D’AMARAL, 2004, p.20). Com efeito, para aqueles que gozam do acaso, contributos como o de Foucault podem fazer a diferença.

Notas

- 1 As referências dessa fase incluem os cursos: Do governo dos vivos, 1979-1980; A hermenêutica do sujeito, 1981-1982; O governo de si e dos outros, 1982-1983; A coragem da verdade, 1983-1984; as obras: História da sexualidade I - Vontade de saber, 1986; História da sexualidade II – O uso dos prazeres, 1984; História da sexualidade III – O cuidado de si, 1984. Constatam ainda entrevistas e artigos.
- 2 Quanto à resistência Foucault (2007, p. 3) afirma: “[...] nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houver possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação -, não haveria de forma alguma relações de poder”. O postulado – aonde há poder existe resistência – pode levar a equívocos, uma vez que a resistência existe quando exercida.
- 3 Em Verdade e poder, Foucault (1971, p. 48) pontua sua rejeição à noção de repressão e afirma: “O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considerá-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir.”
- 4 “Quero dizer que nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro.” (FOUCAULT, 2006, p. 276).
- 5 Veiga-Neto propõe governo em substituição a governo, em função da sua acepção, na língua portuguesa, voltada ao poder executivo. (VEIGA-NETO, 2002.) Foucault recuperou o termo associado ao contexto histórico da emergência da Modernidade: “Mas eu creio que a partir do século XV e desde antes da Reforma,

pode-se dizer que houve uma verdadeira explosão da arte de governar os homens, explosão entendida em dois sentidos. Deslocamento de início em relação a seu foco religioso, digamos se vocês querem laicização, expansão na sociedade civil desse tema da arte de governar os homens e dos métodos para fazê-la. E depois, num segundo sentido, multiplicação dessa arte de governar em domínios variados: como governar as crianças, como governar os pobres e os mendigos, como governar uma família, uma casa, como governar os exércitos, como governar os diferentes grupos, as cidades, os Estados, como governar seu próprio corpo, como governar seu próprio espírito” (FOUCAULT, 1990, p.3). É nessa a acepção que uso governo ou governmento.

- 6 “Em todo caso, da esquerda hegeliana à Escola de Frankfurt, houve toda uma crítica do positivismo, do objetivismo, da racionalização, da *technè* e da tecnicização, toda uma crítica das relações entre o projeto fundamental da ciência e da técnica, que tem por objetivo fazer aparecer os elos entre uma presunção ingênua da ciência de um lado, e as formas de dominação próprias à forma da sociedade contemporânea de outro.” (FOUCAULT, 1990, p.8).
- 7 Considerei em minha tese de doutoramento o processo de estatização das relações humanas com a natureza e situou como técnica de governo o processo de Licenciamento Ambiental como parte de um dispositivo de segurança - o dispositivo ambiental. (SANTOS, 2013).

Referências

D’AMARAL, Marcio Tavares. **Comunicação e diferença**: uma filosofia de guerra para uso de homens comuns. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FOUCAULT, M. **O que é a crítica?** Espaço Michel Foucault, 1990. Disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>. Acesso em: 14 maio 2011.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 294-300.

FOUCAULT, M. **El sujeto y el poder**, 2007. Disponível em: <<http://www.campogrupal.com/poder.html>>. Acesso em: 12 setembro 2007.

FOUCAULT, M. *La vida de los hombres infames*. La Plata, Argentina: Altamira, 2008.

_____. Segurança, território, população. Curso dado no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GROS, Frédéric. Situação do curso: O curso de 1982 na obra de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Curso dado no *Collège de France* (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 612-661.

LAZZARATO, M. **Estrategias de gestión y agenciamientos de creación**. Cali, Colombia: Ediciones "Sé cauto", Fundación Comunid, 2006.

RABINOW, P. e ROSE, N. **O conceito de biopoder hoje**. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n. 24 Abril de 2006, p. 27-57.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Natureza e verdade**: A pedagogização ambiental da sociedade contemporânea. 2013. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

TASSIN, E. **De la subjetivación política**. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze. Revista de Estudios Sociales n. 43, p. 36-49, Bogotá, agosto de 2012.

VEIGA-Neto, Alfredo. Coisas do governo. In: RAGO, M., ORLANDI, L.B.L., VEIGA-NETO, A. **Imanências de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro, DP&A, 2002, p. 13-34.